

Notas de leitura

Edward SANGMEISTER; Hermanfrid SCHUBART

Zambujal: Die Grabungen 1964 bis 1973.

Deutsches Archäologisches Institut Madrid; Mainz: Philipp von Zabern, 1981; 2 tomos (texto: XII + 357 p., 74 figs.; ilustrações: XIV p., 1 fig., 125 ests., 15 anexos); 31,5 x 22,5 cm. — (Madrider Beiträge, 5, 1). Enc.: DM 360.—

O povoado calcolítico fortificado do Zambujal fica situado sobre uma língua elevada do terreno, dominando um pequeno vale fértil transversal à bacia do Rio Sizandro, a escassos quilómetros de Torres Vedras, na Estremadura portuguesa. Do alto, a vista alonga-se para as bandas de Santa Cruz e alcança com facilidade o Atlântico.

De 1964 a 1973 — em sequência de um convite formulado por Leonel Trindade, director do Museu Municipal de Torres Vedras e que no povoado empreendera já duas curtas campanhas de escavações — o Instituto Arqueológico Alemão em Madrid e o Instituto de Pré e Proto-História da Universidade de Freiburg realizaram ali escavações sistemáticas, num total de seis campanhas, abrangendo vastas áreas do povoado. Perante nós, surge agora um potente conjunto fortificado com três ordens de muralhas providas de bastiões e de torres circulares, cuja construção e reconstrução os investigadores presumem ter-se estendido da segunda metade do III milénio a meados do II milénio a.C.

É o resultado desses trabalhos arqueológicos que o Instituto Arqueológico Alemão em Madrid começou agora a publicar, tendo já surgido, com data de 1981, o volume referente aos métodos de escavação, estratigrafias e estruturas. Tal como os AA. afirmam logo no preâmbulo do livro, o povoado não foi de forma alguma totalmente escavado. Porém, após seis campanhas de escavação pareceu-lhes acertado efectuar um balanço.

O livro, com óptimo aspecto gráfico — na linha a que nos habituou a casa editora Philipp von Zabern, de Mainz, nomeadamente com a série Madrider Beiträge, onde a obra se inclui —, inicia-se com a apresentação da escavação, caracterizando o local do povoado e fazendo o historial das escavações. Segue-se um exemplar capítulo sobre a metodologia seguida na intervenção e na interpretação dos contextos; relato de avanços e de recuos, de experiências bem sucedidas e de erros ultrapassados, que fica na historiografia do Calcolítico em Portugal como de leitura fundamental para quem se abalançar a trilhar os mesmos caminhos da escavação programada de um povoado deste tipo, e que serve de justificativo para todas as opções tomadas na interpretação dos vestígios descobertos.

À subdivisão em sectores coerentes da área escavada, segue-se a segunda parte do livro: um longo relatório das observações de pormenor efectuadas. Cada sector da escavação é ali exaustivamente abordado em termos de: situação e delimitação; escavação e documentação; descrição e interpretação (seguindo-se, neste caso, uma cronologia relativa dos vestígios detectados). Aí se contêm todas as informações que os AA. julgaram imprescindíveis para o questionamento do seu trabalho. Capítulo denso — mas que é o fundamento primeiro de todas as conclusões, ao dar-nos a conhecer todas as observações relevantes em matéria de estratigrafias, sobreposições e justaposições de estruturas, tudo isso apoiado por uma cuidadosa documentação em desenhos e fotografias, que nalguns casos acompanha directamente o texto mas que foi essencialmente reunida no tomo de ilustrações. É excelente, em nossa opinião, o *design* gráfico concebido por W. Nestler para a representação das estratigrafias e do pormenor das estruturas (ests. 95-123): ele soube combinar inteligentemente uma representação dos estratos conforme a natureza da sua formação com um estilo de agradável leitura e de rápida compreensão sem recurso ao texto. Pena é que a escala escolhida para a edição não tenha sido, a nosso ver, a mais feliz: 1:33 ¹/₃!

Na terceira parte do livro, os AA. procuram de uma forma compreensiva identificar as principais tendências de construção do complexo e formulam, como hipótese de trabalho (o que deixam bem acentuado!), uma cronologia geral para todo o conjunto edificado do Zambujal. A interpretação da cronologia relativa das estruturas detectadas apoia-se aqui nas observações apresentadas de forma exaustiva na segunda parte do livro, e é, assim, baseada pelos AA. em três ordens de argumentos: a sobreposição estratigráfica dos vestígios; a sua justaposição, numa espécie de estratigrafia horizontal; e a sua articulação coerente numa concepção arquitectónica global (argumento este justificado no capítulo dedicado aos métodos). Assim, apoiados numa apresentação gráfica de grande qualidade e numa cuidada execução oficial, onde a cor é habilmente utilizada, os AA. tentam apresentar as tendências arquitectónicas mais características, no sentido de referenciar o seu aparecimento em períodos bem determinados ou, pelo contrário, a sua recorrência. Ao mesmo tempo, procuram identificar as diversas concepções defensivas, que, aliás, são para eles as determinantes da periodização da história do conjunto edificado. Referenciam, deste modo, cinco períodos principais.

O período mais antigo respeita a um sistema de muros estreitos ligando entre si torres circulares maciças e defendendo um espaço deliberadamente seccionado em pátios, o que supunha uma grande mobilidade por parte dos defensores, sistema este que foi sendo sucessivamente ampliado e reforçado com novos panos de muro. A construção de pátios interiores com seteiras, cujo campo de tiro estava dirigido aos pontos mais vulneráveis da fortificação (aberturas nas muralhas), supõe uma defesa mais localizada, e esta tática marcou a arquitectura do segundo período do complexo fortificado, sucessivamente reforçado por novos panos de muralha. O terceiro período é assinalado por potentes entulhamentos que permitiram a construção de terraços elevados sobre as muralhas e uma resistência aos eventuais ataques com um grande

número de defensores. A solução global que marca o início da quarta fase fundamenta-se na adopção de torres ocas com cobertura de falsa cúpula e providas de seteiras que permitiam o controlo e defesa dos diversos troços de muralha. A quinta e última fase da longa história do complexo refere-se a um reduto de dimensões mais modestas, recolhido às duas linhas interiores, abandonada que fora a terceira linha defensiva, com uma mais comedida actividade de construção, limitada agora a alterações de pormenor nas estruturas existentes.

Apesar de uma complicada sucessão de pequenas obras e reparações, que tornam extraordinariamente difícil a interpretação das estruturas, o que, em nossa opinião, surge como evidente é a existência de concepções globais, delineadas previamente à obra, por vezes com o rasgo genial de verdadeiros arquitectos, o que denota uma estrutura social avançada, onde o trabalho é hierarquicamente planificado e orientado para obras colectivas que reforçam a coesão da comunidade. Naquilo que são, porém, a nosso ver, os parágrafos mais subjectivos de toda a obra, os AA., seguindo aliás velhas ideias cujo fundamental remonta a Siret, seja retomado por Blance ou repensado por Childe, procuram uma interpretação funcional do complexo construído e dos seus congéneres peninsulares e tecem considerações sobre o carácter dos povoados com estruturas defensivas providas de torres e bastiões circulares.

Seguidamente, os AA. sintetizam as observações efectuadas sobre as casas redondas do Zambujal, concluindo pela existência de uma tradição arquitectónica que, ali, se manteve durante quase um milénio. Tecem ainda considerações sobre a relação existente entre estas estruturas de *habitat* e o trabalho dos metais, sobretudo no que se refere ao interessante conjunto detectado na casa V.

Esta terceira parte termina com um capítulo sobre as datações ^{14}C obtidas, já apreciado por Peixoto Cabral e por Monge Soares em número anterior desta revista.

Considerações finais, um anexo de apreciação genérica dos achados (sem entrar na sua distribuição estratigráfica, objecto de tomos futuros) e sucintos capítulos sobre a fauna (por A. von den Driesch e J. Boessneck), os restos vegetais (por M. Hopf), as análises metalográficas de elementos recolhidos na casa V) (por G. Sperl) e as análises, pela difractometria de raios X, da matéria-prima de elementos de adorno (por B. Kleinmann) terminam o livro, completado por índices remissivos das estruturas descobertas relativamente aos cortes e sectores da escavação.

Mas, para além do seu valor intrínseco e da sua importância científica, esta obra tem, para nós, um muito maior significado. Na verdade, poucas escavações arqueológicas terão marcado tão profundamente toda uma geração de investigadores da Pré-História recente peninsular como esta do Zambujal, cuja publicação aqui nos tem ocupado.

Independentemente de uma mais profunda discussão acerca do carácter político que reveste sempre qualquer acção cultural vinda do estrangeiro, não poderá ser esquecido que quando em 1964 Sangmeister e Schubart deram início às escavações, longe sopravam ainda os ventos europeus e o Zambujal

representou para muitos dos nossos arqueólogos, sobretudo os então mais jovens, o primeiro contacto com o que de melhor se fazia além-Pirenéus. De aí que um certo estilo de trabalho se tivesse desde então enraizado na Arqueologia portuguesa — e de aí também o respeito com que ela passou a olhar as escavações do Zambujal.

Dizia há muitos anos um conhecido arqueólogo que “isso de escavar povoados é para os estrangeiros”, querendo certamente com isto significar que, espartilhada por orçamentos de miséria, a Arqueologia portuguesa deveria aspirar tão-só a pequenas intervenções, apenas compatíveis com a escavação sistemática de pequenas necrópoles ou de sepulcros megalíticos. Em verdade, escavações como as de Vila Nova de São Pedro, da Cabeça de Vaiamonte ou da *villa* de Torre de Palma são casos de escavações em extensão que, aproveitando a conjuntura de disponibilidade de uma mão-de-obra que auferia magros salários, se traduziram em resultados catastróficos para o conhecimento da mais antiga História do território hoje português: com milhares de objectos exumados cuja indicação de contexto (quando existe ...) sabemos hoje ser totalmente desprezível para qualquer valoração histórico-arqueológica; com estruturas tão deficientemente documentadas, tão dificilmente interpretáveis e com datações tão duvidosas que nos é difícil poder fundamentar afirmações que ultrapassem as consabidas generalidades. Condenados pela política cultural fascista a um estudo tipológico das colecções, não é difícil compreender que tenham sido os “homens do objecto” aqueles que, até há relativamente poucos anos, dominavam o nosso panorama arqueológico.

Profundamente influenciados por Breuil, não admira que os investigadores portugueses se tenham quedado pela análise tipológica dos objectos. Marcada por uma visão directamente herdada do pensamento francês, a Arqueologia portuguesa ignorou Eggers e — salvo honrosas excepções — passou ao largo de Childe, mas também de Wheeler. Se foi com Lumley, Leroi-Gourhan ou Desbrosse que a nova geração de investigadores do Paleolítico se formou, se foi em Conimbriga que se deram os passos decisivos no sentido de formar entre nós uma escola de investigadores da Arqueologia das províncias romanas, foi sem dúvida no Zambujal que, a partir dos meados da década de sessenta, a Arqueologia da Pré-História recente encontrou o seu *chantier-école*.

Não espanta assim tanto que entre nós se contem pelos dedos de uma mão aquelas escavações programadas em extensão que conheceram a publicação exhaustiva e sistemática dos dados recolhidos, ultrapassando o simples relatório preliminar, publicado em revistas de periodicidade duvidosa. Os restos do concheiro da Moita do Sebastião escavados por Roche, a necrópole de Valdoca — cuja exploração, na época em que teve lugar, sobressai pelo cuidado da execução —, a Conimbriga das escavações luso-francesas e a necrópole de Santo André aí estão, como excepções a confirmar regras hoje já inaceitáveis.

É por tudo isto, num momento em que se escava assustadoramente mais do que se edita, que esta publicação do Zambujal assume um especial significado. Ela haverá por certo de marcar, sobretudo no âmbito da Pré-História recente, futuros trabalhos que se realizarem no nosso país. E do mesmo

modo que os escavadores do Zambujal souberam transmitir muitos dos seus conhecimentos a quem com eles trabalhou no campo, junto à Ribeira dos Pedrulhos, no coração da Estremadura portuguesa, assim também os nossos arqueólogos de hoje saibam aproveitar para o futuro, com humildade e sem chauvinismos, dos múltiplos ensinamentos desta obra — sem pôr de lado o espírito de crítica que faz o progresso do Conhecimento.

Rui Parreira

José Maria ÁLVAREZ MARTÍNEZ
El puente romano de Mérida.

Badajoz, Museo Nacional de Arte Romano, Patronato Nacional de Museos, 1983, 94 p. il., 4 desd., LXII est., 29 cm (Monografía Emeritenses, 1)

Tratando-se da parte principal duma tese de doutoramento, o trabalho orientou-se por uma análise exaustiva da Ponte de Mérida e das outras pontes romanas de acesso a esta cidade.

A cidade de Mérida é considerada como tendo a sua razão de ser no facto de estar situada num ponto/eixo não só de grande importância comercial como militar/estratégica, na confluência de nove vias que ligavam a Bética à Lusitânia, o Sul ao Noroeste e ao Centro de Espanha e ainda ao acesso ao mar via Olisipo (Lisboa) e à própria foz do Guadiana, tido como sabido que este rio não era navegável até ao Mediterrâneo senão a partir de Myrtilis (Mértola), sendo por esse troço de rio que se escoavam os minérios das minas de São Domingos. Pelas outras calçadas transitaram os ricos minérios das minas do Nordeste e Noroeste Peninsulares sendo particularmente importante o famoso *Camino* ou *Via de la Plata*.

Não admira que a administração romana construísse uma grande cidade no local da actual Mérida.

O autor põe, como quase certa, uma ocupação pré e proto-histórica, dando como justificação para tal o facto de o rio Guadiana ter aí uma ilha que o divide em dois troços que facilitariam a passagem a vau, pelo menos na época estival.

A existência dessa ilha teria sido, à semelhança do que já acontecera em Roma com a *Isla Tiberina*, razão bastante e motivação geológica de peso, para a construção de uma grande ponte que, sendo por um lado um elemento de ligação com o exterior, é, por outro, um elemento de defesa (na medida em que bastaria demolir dois ou três arcos para evitar a entrada na grande metrópole).

O autor estuda e apresenta com pormenor todas as alterações e reconstruções impostas à ponte original, nomeadamente a primitiva existência de um grande talhamar que teria protegido o troço de caminho que ligava, na zona da “ilha”, as duas pontes que faziam a ligação sobre o rio. Após uma grande cheia e, com a destruição do talhamar, optou-se pela ligação, com mais um

troço de ponte, dos dois troços já existentes, ficando assim uma ponte arqueada de uma margem à outra do Guadiana.

Resumindo mais, depois do capítulo I, que trata do ambiente natural de Mérida face ao Guadiana, segue-se o capítulo II que relaciona a ponte com a fundação da cidade, não só a ponte sobre o Guadiana com as outras duas (a do rio Albarregas e a "Alcantarilha Romana"). No capítulo III trata das calçadas que saem e dão acesso a Mérida e, no IV analisa a ponte sobre o Guadiana em grande pormenor, isto é, arco por arco e pilar por pilar. No capítulo V trata das obras de restauro da ponte, dum modo global e através das várias épocas históricas. Seguidamente, no capítulo VI procede a um detalhado estudo arqueológico da ponte, procurando tudo o que nela ainda resta desde a sua origem, analisando também a problemática do talhamar e do dique que, seguindo-se à ponte, protegia a cidade das grandes cheias do Guadiana, tanto no período árabe como nos mais recentes. Como já atrás referi, dedica todo o capítulo VII às outras pontes "menores" de acesso a Mérida, dando especial realce à ponte sobre o rio Albarregas e suas reconstruções. No capítulo VIII retira as suas conclusões, não deixando de reafirmar que a fundação de Mérida se deve sobretudo à necessidade de controlar a passagem do Guadiana num local extremamente vulnerável (e numa zona de solos muito férteis), comparando a localização de Augusta Emerita com a de Roma, Lutetia, Londinium, etc. (sic).

A cronologia indicada, considerando a construção como unitária (cidade, duas pontes e talhamar sobre o Guadiana, mais a ponte sobre o Albarregas), é atribuída ao Imperador Augusto.

João Rosa Viegas

Jean-Yves BLOT

Uma rota marítima na encruzilhada dos interesses da Europa do século XVIII. A América Latina às portas da Europa: o naufrágio do navio espanhol "San Pedro de Alcantara" (1786).

Cascais: Museu do Mar, 1984, 94 pp. il.; 25 cm (Série Arqueológica, 1. sep. 2)

O desenvolvimento nos últimos decénios dos equipamentos permitindo ao homem manter-se debaixo de água em satisfatórias condições de autonomia, duração e segurança, veio alargar ao meio submerso o espaço tradicionalmente afecto à Arqueologia terrestre, vindo ao mesmo tempo realçar a importância dos estudos arquivísticos na localização de navios naufragados. Esta problemática toca-nos de perto tanto pela característica do nosso litoral e do nosso passado histórico, como pela quantidade e qualidade de espólios arqueológicos submersos que se tem vindo a recolher, e a perder, nos últimos anos.

Por outro lado os estudos e os achados efectuados cada vez mais frequentemente, em todo o mundo, interessando o património arqueológico naval português, aumentam o significado dos indícios que se vêm recolhendo sobre os espólios arqueológicos submersos da nossa costa. Daí a actualidade e a importância de serem desenvolvidos em Portugal programas de estudo e de salvaguarda desse património cultural.

Nesta perspectiva, não poderia deixar de aproveitar a publicação deste número de "O Arqueólogo Português", para assinalar o oportuno aparecimento do trabalho de Jean-Yves Blot, sobre o naufrágio em 1786, do navio espanhol "San Pedro de Alcantara", nas imediações de Peniche.

O A. não é um personagem desconhecido do mundo da Arqueologia Naval e Subaquática internacional. Incansável pesquisador de arquivos em todos os cantos do mundo, sobre temas ligados à História e à Arqueologia Naval, foi autor dos projectos de localização e identificação dos despojos da Fragata "La Méduse" (1816)¹, de realocização e sondagem do sítio dos despojos do navio da "Compagnie des Indes", "St. Gérán" (1744)². Tem sido colaborador do Institute of Nautical Archaeology da Universidade do Texas, para o qual realizou recentemente uma missão nos arquivos de Goa, relacionada com as pesquisas arqueológicas subaquáticas incidindo sobre o navio português "Santo António de Tana", afundado em 1698 diante do Forte de S. João de Mombaça (Quénia). É igualmente colaborador do Museu da Marinha de Paris, junto do qual fundou, com o Professor Theodor Monod, da Academia das Ciências Francesa, o "Groupe pour la Recherche, l'Identification et l'Exploration de l'Epave de la Méduse" (GRIEEM).

Neste itinerário, por um feliz conjunto de circunstâncias, Portugal teve um papel privilegiado. A documentação recolhida por Jean-Yves Blot³, em mais de uma década de pesquisas arquivísticas relacionadas directamente com o nosso país, assume hoje um interesse incalculável, tanto sob o ponto de vista quantitativo como qualitativo; o suficiente para ter um lugar destacado no "Inventário Nacional de Sítios Arqueológicos Subaquáticos" programa esse, em curso no MNAE e que permitirá a constituição de um banco de dados oficial, na área do património cultural subaquático português.

Actualmente, o naufrágio do "San Pedro de Alcantara" constitui o centro da sua tese de Doutoramento, em preparação na Universidade de Paris sob a orientação conjunta dos Professores J. Meyer e J. Boudriot, duas figuras eminentes da Arqueologia Naval de expressão francesa.

Deveria parecer despropositado vir aqui salientar a oportunidade desta publicação, ou melhor, a oportunidade da publicação de trabalhos deste tipo, que num certo sentido, poderão parecer uma chamada de atenção para os buscadores de "tesouros afundados". Nesta perspectiva, talvez se julgasse que a única política oficial possível, seria a do desencorajamento de iniciativas que aliciassem o público para "aventuras" de duvidosa espectacularidade e de reduzido, nulo, ou mesmo negativo valor científico e sociocultural.

Mas, ao invés e pelas razões que adiante expomos, o apoio à edição do presente trabalho de Jean-Yves Blot aparece oportuno e obrigatório.

Com efeito, nos inícios de 1983, chegou-me a notícia de que duas equipas de diferentes nacionalidades estavam envolvidas em prospecções e recuperações arqueológicas subaquáticas não autorizadas, na zona do naufrágio do "San Pedro de Alcantara". Tomei imediatamente a iniciativa de desencadear um processo oficial, em articulação com uma rápida e oportuna medida da Capitania de Peniche, interditando a zona a toda a espécie de actividades de mergulho.

Nestas circunstâncias, e já que se encontrava oficialmente protegido o local

do naufrágio do “San Pedro de Alcantara”⁴, tornava-se um imperativo de política cultural trazer a lume o presente trabalho, tanto mais que ele se desenvolvia no âmbito de um elevado grau académico.

Deste modo, com esta obra, Jean-Yves Blot presta um valioso contributo ao enquadramento histórico de um acontecimento que deixou uma marca indelével na memória da vila de Peniche, súbita e tragicamente levada à cena internacional, nos finais do século XVIII. Dá-nos também a antevisão de um aliciente projecto de pesquisa interdisciplinar, ao lembrar-nos que o “San Pedro de Alcantara” transportava, além de uma fabulosa fortuna em ouro, prata, jóias e lingotes⁵, uma das primeiras colecções europeias de cerâmica pré-colombiana, uma das primeiras colecções de história natural proveniente do Novo Mundo, e, curiosamente, prisioneiros reféns de uma das maiores revoltas índias da América do Sul, entre os quais se contavam familiares do grande chefe rebelde Tupac Amaru II⁶.

Francisco J. S. Alves

¹ Jean-Yves BLOT — *Rapport préliminaire sur la mission de recherche du site de l'épave de la frégate “La Méduse” (1816), Banc d'Arguin, côte de Mauritanie, Déc. 1980-Jan. 1981*. Compte rendu de fin d'étude d'une recherche financée par la Délégation Générale à la Recherche Scientifique et Technique, Paris, Avril, 1981. ID. *La Méduse: Chronique d'un naufrage ordinaire*, Paris, Arthaud, 1982. ID. *L'épave de “La Méduse”*, “La Recherche”, 141, Paris, Fev. 1983, pp. 166-175.

² Jean-Yves BLOT — *Saint-Géran. 1744. Mauritius Island. Potential of a plundered site, Cascais, 1979*. ID. *A meio caminho entre o mito e a realidade: O naufrágio do St. Géran (1744)*. “História e Sociedade”, 6, Lisboa, Dez. 1979, pp. 68-81. ID. *L'épave du Saint-Géran*. “Archeologia”, 136, Paris, Nov. 1979, pp. 52-61. ID. *A la recherche du Saint-Géran. Au pays de Paul et Virginie*, Paris, Arthaud, 1984.

³ Devo salientar o papel de primeira plana que tem vindo a ter nas suas pesquisas e nos seus projectos a sua esposa, Maria Luísa Pinheiro Blot.

⁴ Neste momento encontram-se sob vigilância e sujeitas a medidas cautelares de protecção, as zonas dos barcos antigos afundados na Foz do Arade, a zona presumível do naufrágio da fragata espanhola “Nuestra Señora de las Mercedes” no cabo de St.^a Maria, a zona dos despojos do navio almirante francês “l'Océan” (objecto de um programa de arqueologia subaquática promovido pelo MNAE) e a zona do naufrágio do “San Pedro de Alcantara”.

⁵ Valores oficialmente recuperados na quase totalidade, nos anos subsequentes ao naufrágio, e que, curiosamente, acabaram por ultrapassar os próprios valores declarados...

⁶ A maioria dos quais, com mais de 155 elementos da tripulação, afogados, foram enterrados numa vala comum em Peniche.